



**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,  
EXTENSÃO E CULTURA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE  
HISTÓRIA**

**FERNANDO COUTINHO LOPES PEREIRA**

**A ABORDAGEM DOS DIREITOS HUMANOS E DO GOLPE  
DE 1964 NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 3º  
ANO DO ENSINO MÉDIO**

Rio de Janeiro  
2021

**FERNANDO COUTINHO LOPES PEREIRA**

**A ABORDAGEM DOS DIREITOS HUMANOS E DO GOLPE DE 1964 NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Me. Guido Fabiano Pinheiro Queiroz;

Rio de Janeiro  
2021

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

P436 PEREIRA, Fernando Coutinho Lopes  
A abordagem dos Direitos Humanos e do Golpe de 1964 nos Livros Didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio / Fernando Coutinho Lopes Pereira. - Rio de Janeiro, 2021.  
42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Guido Fabiano Pinheiro Queiroz.

1. História – Estudo e ensino. 2. Golpe Militar 1964 - Brasil. 3. Livro didático - História. I. Queiroz, Guido Fabiano Pinheiro. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

**FERNANDO COUTINHO LOPES PEREIRA**

**A ABORDAGEM DOS DIREITOS HUMANOS E DO GOLPE DE 1964 NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 22 de dezembro de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Guido Fabiano Pinheiro Queiroz

Colégio Pedro II

Orientador

---

Prof. Dr. Bruno Marques

Colégio Pedro II

---

Prof. Dr. Pedro Guimarães Pimentel

Colégio Pedro II

## RESUMO

PEREIRA, Fernando Coutinho Lopes. **A Abordagem dos Direitos Humanos e do Golpe de 1964 nos Livros Didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

Em 2019 no seu primeiro ano de governo, o Presidente Jair Bolsonaro autorizou as Forças Armadas a comemorarem os 55 anos do Golpe Militar de 1964. Um dos argumentos do Presidente para que as comemorações fossem autorizadas era de que o golpe militar foi necessário, a fim de se evitar a implantação de um regime comunista no Brasil. O referido fato veio a causar discussões na sociedade e nos meios acadêmicos sobre o negacionismo do Golpe Militar de 1964, além do que o Ministro da Educação mencionou a intenção de fazer uma revisão deste assunto nos livros didáticos de História. O objetivo deste trabalho é de se verificar se há algum revisionismo sobre o Golpe Militar de 1964, no que se refere as violações aos Direitos Humanos nos últimos livros didáticos de história do 3º anos do Ensino Médio adquiridos pelo Ministério da Educação.

**Palavras-Chave:** Golpe Militar. Livro Didático. História.

## RESUMEN

PEREIRA, Fernando Coutinho Lopes. **A Abordagem dos Direitos Humanos e do Golpe de 1964 nos Livros Didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

En 2019, en su primer año de mandato, el presidente Jair Bolsonaro autorizó a las Fuerzas Armadas a celebrar el 55 aniversario del Golpe Militar de 1964. Uno de los argumentos del presidente para que se autorizaran los festejos fue que el golpe militar era necesario para evitar la implementación de un régimen comunista en Brasil. Este hecho llegó a provocar discusiones en la sociedad y en los círculos académicos sobre el negacionismo del Golpe Militar de 1964, además de que el Ministro de Educación mencionó la intención de revisar este tema en los manuales de historia. El objetivo de este trabajo es verificar si existe algún revisionismo sobre el Golpe Militar de 1964, respecto a las violaciones a los Derechos Humanos en los últimos libros de texto de historia de 3º de Bachillerato adquiridos por el Ministerio de Educación.

**Palabras Clave:** Golpe Militar. Libro de Texto. Historia.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 OS DIREITOS HUMANOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NA DITADURA MILITAR DE 1964</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2 A Ditadura Militar e as violações aos Direitos Humanos</b> .....	<b>15</b>
<b>3 O ENSINO DOS DIREITOS HUMANOS E O USO DO LIVRO DIDÁTICO</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1 O livro didático no processo de aprendizagem no Brasil</b> .....	<b>19</b>
<b>3.2 O livro didático no apoio ao Ensino em Direitos Humanos</b> .....	<b>21</b>
<b>4 ANÁLISE DOS TRÊS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>23</b>
<b>4.1 Verificação do livro didático História, Sociedade &amp; Cidadania 3</b> .....	<b>24</b>
<b>4.2 Verificação do livro didático História Global 3</b> .....	<b>26</b>
<b>4.3 Verificação do livro didático História - das cavernas ao terceiro milênio 3</b> .....	<b>28</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>32</b>
<b>APÊNDICE A - SEQUÊNCIA DIDÁTICA</b> .....	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O primeiro ano de mandato do Presidente Jair Bolsonaro se caracterizou pela constante negação sobre a ditadura de 1964. A comemoração dos 55 anos do golpe de 31 de março de 1964, foi visto como uma estratégia do governo para mudar a narrativa de como se conta a história da ditadura militar no Brasil, trazendo à tona as discussões no universo acadêmico sobre o assunto. Posteriormente, o então Ministro da Educação, Ricardo Vélez fez uma afirmação mais polêmica sobre o tema em uma entrevista à revista Valor Econômico, afirmando que 31 de março não foi um golpe, mas um regime democrático de força, e que os livros didáticos devem ser mudados para resgatar uma versão da história mais ampla sobre o período de 1964 a 1985. Esses discursos para alterar a narrativa sobre o golpe militar não tem respaldo na historiografia, segundo Marcos Napolitano, professor da Universidade de São Paulo (USP) e autor de livros sobre história da ditadura militar, para ele mencionar regime democrático de força é uma contradição<sup>1</sup>.

Em entrevista ao jornal El País o historiador menciona que as justificativas do presidente para o Golpe Militar estão mais para negacionismo histórico do que revisionismo, pois ele tem como objetivo ideológico ocultar o passado. Para o historiador o negacionismo tem como pretensão a necessidade de realizar um suposto revisionismo histórico, entretanto o problema surge quando a revisão é provocada por conta somente de um pensamento ideológico ou crença, baseado em afirmação histórica que não possui um alicerce documental, alterando o processo factual, mencionando falsos documentos, com o objetivo de impor ideias que não são um consenso, caracterizando o negacionismo. O revisionismo não é necessariamente prejudicial, pois envolve uma reinterpretação de fatos históricos a partir de novas evidências de novas visões dos fatos ocorridos e de novas demandas da sociedade, pois o compromisso do historiador é com o aumento do conhecimento e não sua negação.

Sobre outra justificativa para a autorização da comemoração do Golpe de 1964, Jair Bolsonaro mencionou que não houve golpe, mas uma reação apoiada pela sociedade contra uma alegada ameaça comunista, para o historiador e cientista político Boris Fausto em entrevista ao site Publica, Agência de Jornalismo Investigativo em 29 de março de 2019, sobre essa justificativa informada pelo presidente, Fausto menciona que Bolsonaro vai contra as evidências e nega os fatos. O historiador menciona que existe uma tentativa de revisionismo,

---

<sup>1</sup> NAPOLITANO, Marcos. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura. [Entrevista cedida a] Regiane Oliveira. **El País**, 05 abr.2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05politica/1554419295\\_9397.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05politica/1554419295_9397.html). Acesso em :17 jan. 2021.

pois as Forças Armadas nunca reconheceram os aspectos negativos de 1964, não analisaram as violências ocorridas, a quebra da ordem democrática e até mesmo uma quebra de padrões de convivência dentro do país, deve-se entender que essa revisão, quando chega com um governo de extrema direita, não ocorre somente no meio militar e sim no setor de direita como um todo. Fica a pretensão de transformar um episódio de violência e quebra do regime democrático em um ato de salvação nacional. Para Fausto não há dúvida que existe um entendimento de revisão de tudo o que ocorreu em 1964 e nos anos posteriores. O atual governo alega que o Golpe de 1964 foi um movimento representativo do conjunto da sociedade, esse argumento não procede, pois a divisão era evidente, mesmo nas Forças Armadas, basta verificar a quantidade de expulsões e violências ocorrida nas Forças, logo após o golpe. Segundo ele, as afirmações de Jair Bolsonaro sobre a ditadura não são uma reinterpretação, mas a negação de fatos comprovados na historiografia por meio de documentos, testemunhos e do reconhecimento do Estado brasileiro dos crimes cometidos no período de exceção (1964 a 1985). (FAUSTO, 2019).

O historiador Marcos Napolitano mencionou em uma entrevista para o jornal Estado de São Paulo que na campanha presidencial de 2018, surgiram ideias negacionistas mais ligadas a história do Brasil, das quais afirmam que a Ditadura Militar não existiu e que não houve tortura. Isso para o historiador é a negação de um evento histórico, no qual há documentos e testemunhas. Essa postura negacionista não possui respeitabilidade no meio historiográfico brasileiro, entretanto essa negação de fatos vem de um segmento da sociedade que reclama que se deu mais ênfase as classes populares, ou seja, a extrema direita não se reconhece na produção historiográfica. Essas críticas foram uma tendência da década de 80, mas na década de 90, se equilibraram. Todo historiador sério segue regras, não pode determinar que não existiu, por apenas não aprovar determinado assunto. Napolitano menciona que o negacionismo pode dar origem a um revisionismo ideológico<sup>2</sup>.

Quanto as salas de aula o historiador menciona que há alunos que afirmam que não existiu Ditadura e que esse assunto é uma invenção das esquerdas. No que se refere ao livro didático Napolitano menciona que este material tem uma forte ligação com a produção historiográfica, entretanto pode ocorrer pressões do MEC para que conceitos negacionistas sejam incorporados as obras didáticas, esse tipo de coisa não pode chegar ao livro didático, pois não pode haver negação do conhecimento.

---

<sup>2</sup> NAPOLITANO, Marcos. Não se pode negar o conhecimento, diz o professor de história da USP. [Entrevista cedida a] Renata Cafardo. *Estadão*, São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/noticias/atuais/n%C3%A3o-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-hist%C3%B3ria-da-usp-1.49901/>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

O negacionismo do Golpe Militar alcançou o meio acadêmico, pode-se observar isso quando historiadores apresentam algumas concepções revisionistas sobre a Ditadura Militar de 1968. O professor de história da Universidade Federal da Bahia, Carlos Zacarias de Sena Junior ao analisar o livro *Ditadura e a democracia no Brasil* de Daniel Aarão Reis Filho, verificou que o historiador diminuiu a duração da ditadura militar para 15 anos. Em sua análise, Carlos Zacarias mencionou a crítica do historiador Mario Maestri da Universidade de Passo Fundo que se referiu a Aarão, como o historiador que encurtou a ditadura brasileira. Carlos Zacarias cita que é impossível encurtar a duração do período da ditadura, isso vai contra a opinião de toda a literatura.

O professor acrescenta que o livro *A ditadura que mudou o Brasil* se enquadra na onda do esforço revisionista que toma uma parte da historiografia e de alguns historiadores. O revisionismo sobre a Ditadura Militar se inicia nos anos 1990, com a obra de Argelina Figueiredo, e toma força, nos anos 2000, com os trabalhos surgidos do projeto sobre a história oral dos militares do CPDOC-FGV e na década seguinte ganha adesão de respeitáveis pesquisadores como Daniel Aarão, a quem se soma Jorge Ferreira.

No mesmo artigo Carlos Zacarias analisa também o texto de Marcelo Ridenti sobre a tese da “ditabranda” apresentada em editorial da Folha de São Paulo em fevereiro de 2009, no qual Ridenti não deixa de fazer concessões aos militares e às posturas revisionistas, ao se referir às pesquisas sobre a ditadura e a modernização do país, mencionando que a consolidação da ordem levará a mais revisões historiográficas que irão matizar o uso da força durante o regime militar, ressaltando seu aspecto modernizador e positivo em si mesmo. (SENA JUNIOR, 2015).

Tendo em vista as discussões causadas pela comemoração dos 55 anos do Golpe Militar de 31 de março, no qual o presidente Jair Bolsonaro externou que o golpe militar foi necessário, a fim de se evitar a implantação do comunismo e de se tomar conhecimento da intenção do então ministro da Educação Ricardo Vélez de realizar um revisionismo sobre o que está exposto nos livros didáticos sobre o Golpe de 1964. Este trabalho vem a se propor a realizar uma verificação nos últimos livros didáticos de história do 3º ano do Ensino Médio, entregues a alunos e professores, no que se refere ao Golpe Militar de 1964.

Sendo as violações aos Direitos Humanos um assunto ligado ao tema Golpe de 1964 em virtude das as violências cometidas durante os anos de regime militar, será feito neste trabalho um estudo sobre os direitos humanos no pós-Segunda Guerra Mundial no que trata sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e se as obras analisadas, conectam os referidos assuntos. Posteriormente será estudado o Golpe Militar de 1964 e as violações Direitos

Humanos cometidas nesse período. Esta sequência de estudo tem a finalidade de verificar o silenciamento de algum assunto, o revisionismo ou o negacionismo nos livros didáticos.

## **2 OS DIREITOS HUMANOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NA DITADURA MILITAR DE 1964**

Como apresentado na Introdução deste trabalho, nesta subseção será feita uma abordagem sobre os principais fatos do pós-Segunda Guerra Mundial que vieram a provocar a diplomacia aliada a elaborar a principal legislação sobre Direitos Humanos que foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Posteriormente será mencionado o período de tomada de consciência sobre Direitos Humanos no Brasil que ocorreu durante a Ditadura Militar de 1964.

### **2.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, os países Aliados, realizaram na cidade de São Francisco, Estados Unidos, uma conferência que daria novo contorno a Liga das Nações e que estabeleceria um novo ente internacional, as Nações Unidas. Dessa maneira, em 26 de junho de 1945, cinquenta e um países assinaram a Carta das Nações Unidas . Apesar das evidências dos crimes nazistas contra judeus, ciganos, eslavos e outros, os diplomatas tiveram que ser compelidos a colocar os Direitos Humanos em pauta, pois a pressão vinha de estados pequenos e médios que saíram da dominação das grandes potências. Existiam pressões vindas de organizações religiosas, trabalhistas, feministas e cívicas, instaladas em sua maior parte nos Estados Unidos, que mantinham pressão sobre os delegados membros da Conferência. Entretanto só houve consentimento por parte de todos os membros da conferência sobre a inclusão dos Direitos Humanos na Carta, quando foi estabelecido que as Nações Unidas nunca iriam intervir nos assuntos internos de um país, desta forma os Direitos Humanos estavam longe de serem assegurados (HUNT,2009, p 136).

A Carta das Nações Unidas de 1945 enfatizava as questões de segurança internacional e dedicava apenas algumas linhas ao respeito e cumprimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião . Para um aprimoramento sobre o assunto dos Direitos Humanos as Nações Unidas criaram a Comissão de Direitos Humanos que tinha a tarefa de elaborar as bases para uma carta dos Direitos Humanos. Depois de oitenta e três reuniões e quase 170 emendas, os trabalhos da Comissão foram sancionados para serem votados e em 10 de dezembro de 1948, dessa maneira, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Em 1948 todos os países membros das Nações Unidas passavam a saber o significado dos Direitos Humanos, poucos anos após o término de uma guerra que desprezou esses direitos e havia produzido ações de extrema brutalidade . A DUDH não afirmava somente

os direitos individuais , a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, o direito de participar do governo, a proteção da propriedade privada e a rejeição da tortura e da punição cruel. A DUDH ia mais além , pois proíbe expressamente a escravidão; trata sobre o sufrágio universal e da votação secreta; estabelece a garantia de ir e vir; o direito a ter uma nacionalidade, o direito de casar e, com mais controvérsia, o direito à segurança social; o direito de trabalhar, com pagamento igual para trabalho igual, tendo por base um salário de subsistência; o direito ao descanso e ao lazer; e o direito à educação, que devia ser grátis nos níveis elementares. (HUNT,2009, p.137).

No início do endurecimento da Guerra Fria, a DUDH foi externada para os países membros da Nações Unidas. Este documento passou a expressar um conjunto de aspirações, delineando obrigações morais para a comunidade internacional, porém não existia nenhuma forma de imposição dos Direitos Humanos, pois se existisse a DUDH nunca teria sido aprovada. A DUDH vem estabelecendo desde 1948 um padrão de discussão sobre Direitos Humanos entre as nações. ( HUNT, 2009, p.138).

## **2.2 Ditadura Militar e as violações aos Direitos Humanos**

No início da década de 1960, a Doutrina da Segurança Nacional já era divulgada na Escola de Comando e Estado-Maior, pois conforme os protagonistas do golpe, já existia uma guerra revolucionária comunista em marcha no país. Dessa maneira , os articuladores do golpe diziam que o golpe foi contra o golpe da esquerda que seria desfechado por João Goulart. (CASTRO; D'ARAUJO; SOARES , 1994,p.12 *apud* BORGES, 2003, p.32).

O golpe Militar de 1964 estava apoiado na base ideológica da Doutrina de Segurança Nacional<sup>3</sup> , no qual os articuladores do golpe se auto-atribuíram uma vocação revolucionária , pois passaram a ter força suficiente para eliminar fatores adversos que viessem a perturbar a ordem e para adotarem medidas para consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos. Como base nessa ideologia, em 09 de abril de 1964 foi publicado o Ato Institucional nº1 (AI – 1), o que mostrava que os golpistas não se limitariam ao parlamento, como também não limitou os seus poderes. O controle do judiciário e a suspensão dos direitos fundamentais abriu caminho para a implantação da Doutrina de Segurança Nacional. A Operação Limpeza, como ficou conhecido as primeiras medidas do AI-1, implementou a perseguição a civis e militares, valendo-se de Inquéritos Policiais Militares ( IPM ) para neutralizar qualquer

---

<sup>3</sup> A Doutrina de Segurança Nacional é uma concepção de segurança hemisférica que se firmou no contexto da Guerra fria, por meio de alianças militares entre os Estado Unidos e os países da América latina, a partir de 1942, no qual a segurança dos estados Unidos passou a estar ligada ao bloco Ocidental.(BORGES,2003, p.24)

indivíduo que viesse a se opor ao regime. Com o Ato Institucional nº2 ( AI-2) criou-se o Serviço Nacional de Informações ( SNI) e houve a desarticulação do Congresso Nacional com a extinção do sistema pluripartidário permitindo ao presidente Castelo Branco instaurar o Estado de Segurança Nacional. ( BORGES, 2003, p. 27 e p.38).

Em meio de uma profunda crise econômica no ano de 1968, com a ocorrência de manifestações nas ruas contra a ditadura militar e o avanço da guerrilha urbana, tendo entre as suas ações, o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, uma Junta Militar impede a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, devido ao afastamento do presidente Costa e Silva, em virtude de problemas de saúde. A Junta realizou um golpe dentro do golpe, impondo uma série de medidas restritivas individuais e coletivas, através do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que foi arcabouço durável da ditadura militar. (SILVA, 2003, p.257).

Em 18 de setembro de 1969 é editada a Lei de Segurança Nacional, que foi posteriormente copiada por outros governos da América Latina. Essa lei passou a estabelecer a pena de morte e o banimento para crimes políticos, que foi uma ferramenta de opressão recusada por todas as constituições do período republicano brasileiro, pois instituiu o exílio interno, no qual os opositores ao regime eram enviados para áreas de selva. A polícia militar, polícia civil e os órgãos de informação passaram a ter mais força e a agir com maior desenvoltura sequestrando, torturando e matando os opositores investigados. Com o apoio de empresários que financiavam os órgãos de repressão e o treinamento militar dado por americanos, surge a Operação Orban , que realizou um grande número de sequestros e assassinatos. Os Destacamentos de Operações e Informações e os Centros de Operações de Defesa Interna ( os DOI-Codis), possuíam ligação estreita entre militares e o empresariado e nesses órgãos a tortura era praticada em larga escala. Com a militarização e a expansão da polícia militar que é aquartelada e fardada, a mesma passa a realizar o policiamento ostensivo, que se caracterizou pela truculência, incompetência e corrupção. (SILVA, 2003, p.260).

No período de 1974 a 1979, o então presidente Geisel com o apoio do General Golbery Couto Silva estabeleceram um projeto de constitucionalização do país, no qual se planejava uma saída lenta, gradual e segura, com a volta dos militares aos quartéis. Esse planejamento também tinha como metas evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964 e a incorporação de uma nova constituição, que não fosse o resultado de uma assembleia constituinte. Esse projeto foi planejado para durar dez anos. Em 1974 a ditadura realizou eleições para o parlamento, sendo o MDB, o partido de oposição ao governo o grande vencedor , elegendo vários candidatos. Essa vitória eleitoral da oposição abala o projeto de abertura do governo. Grupos de militares de linha dura se rearticulam em torno da comunidade de

informação, nos DOI-Codis e no interior do Ministério do Exército. Atos de violência da ditadura ocorrem com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do sindicalista Manoel Fiel Filho, em uma unidade do II Exército. (SILVA, 2003, p.262 a 264).

Outras ações violentas por parte do regime militar aconteceram: Em 1976 ocorreu o Massacre da Lapa, no qual militantes do PCdo B foram mortos em ação policial-militar. Em agosto de 1976 explodiu uma bomba na ABI e outra foi encontrada na OAB, ambos os ataques ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, sendo atribuído a um grupo desconhecido denominado Aliança Anticomunista Brasileira. Em 1978 uma bomba foi achada em um altar de uma igreja da cidade de Nova Iguaçu-RJ, administrada pelo bispo Dom Adriano Hipólito, um defensor dos Direitos Humanos e que já havia passado por um sequestro arquitetado por extremistas de direita. O descontentamento popular aumentava contra o governo e nesse cenário é elaborada uma nova lei eleitoral pelo jurista Armando Falcão, que foi denominada Lei Falcão que restringia o acesso da oposição ao rádio e TV. Em 1977, após desentendimentos entre o MDB e os projetos do governo, os militares fecham o congresso e editam uma série de medidas restritivas, esse acontecimento passou a ser denominado Pacote de Abril. (SILVA, 2003, p.266 a 267).

A abertura permaneceu limitada e lenta, sob a tutela dos militares. Nesse processo o presidente Geisel conduz a suspensão do AI-5, incorporou na legislação, salvaguardas para o regime, que para a oposição era o que foi denominado de Entulho Autoritário e coordenou o fim da censura. O processo de abertura continuou no governo do presidente Figueiredo. (SILVA, 2003, p.264).

Em 28 de agosto de 1979 foi sancionada a Anistia, que asseguraria o não revanchismo, contra os militares envolvidos na repressão, garantindo que eles não fossem julgados e condenados pelos atos feitos pelo regime. Em reação a abertura militares mais radicais que estavam centrados na comunidade de informações, realizaram diversos atentados. Em 4 de outubro de 1979, uma bomba explodiu no carro do jornalista Hélio Fernandes, enquanto o bispo de Nova Iguaçu- RJ voltava a sofrer novo ataque. Em 27 de agosto de 1980, na cidade do Rio de Janeiro, uma bomba explode na ABI, matando a funcionária Lyda Monteiro, nessa mesma data, ocorrem atentados na sede do jornal A Tribuna Operária e no prédio da Câmara Municipal. Bancas de jornais são incendiadas com o aviso de pararem de vender jornais de oposição. Líderes da oposição recentemente anistiados como Leonel Brizola e o advogado Sobral Pinto, são alvo de ataques. A Escola de Samba Salgueiro é alvo de ataques, onde se realizou um ato público da oposição. Estes atentados seriam o aviso de um atentado maior que deveria ser realizado, que seria o atentado do Riocentro. Entretanto, na noite de 31 de abril de

1981, o atentado do Riocentro teve um resultado inesperado para os seus planejadores, pois uma das bombas a ser posta no local explode no carro onde estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu no local e o capitão Wilson Machado, ambos do DOI do I Exército e o IPM relativo a esse atentado foi arquivado por falta de indícios de autoria. (SILVA,2003, p. 270 a 271).

A condução de uma ditadura para um governo democrático-representativo, ocorreu quando o regime militar perdeu a iniciativa para os partidos de oposição e o movimento de rua *Diretas Já*, todavia um acordo entre forças conservadoras no poder e forças moderadas de oposição resultou em uma transição pactuada. (SILVA,2003,p.273).

Durante os governos militares os direitos civis e políticos foram os mais afetados. A tortura física e psicológica eram uma constante. Não existia privacidade de correspondência e nem de residência, não havia liberdade de imprensa, em virtude da censura prévia. As universidades não tinham liberdade de expressão, sendo os estudantes vetados de atividades políticas ou de reivindicações de seus direitos. (CARVALHO,2002 *apud* BORGES, 2003, p.40).

Foi durante a Ditadura Militar de 1964, que os Direitos Humanos passaram a ser reivindicados pelos principais movimentos sociais, dos quais se destacam o Movimento Feminino pela Anistia e a luta da Arquidiocese de São Paulo contra a tortura. (MIRANDA, 2006 *apud* FERNANDES; PADULETO,2010).

### **3 O ENSINO DOS DIREITOS HUMANOS E O USO DO LIVRO DIDÁTICO**

A transversalidade do tema Direitos Humanos com a disciplina de História vem a contribuir com a construção de uma sociedade mais tolerante e harmoniosa, e para que ocorra uma permeabilidade deste conhecimento para alunos e sociedade da qual os mesmos fazem parte, o apoio do livro didático se faz importante para ter um alcance abrangente e robusto. A apresentação deste tópico também tem como objetivo alicerçar os conhecimentos sobre livros didáticos, propiciando a análise dos três livros didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio.

#### **3.1 O livro didático no processo de aprendizagem no Brasil**

Conforme a pesquisadora Circe Bittencourt menciona, em seu livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*, o livro didático faz parte da tradição escolar, pois está no dia a dia de professores e alunos. A elaboração desse material didático é de preocupação dos governantes, ao longo dos tempos, pois o livro didático é um objeto de trabalho amplamente usado por professores e alunos. A pesquisadora alerta para a necessidade de entendê-lo em todas as suas formas, devido a sua complexidade, tanto na sua confecção, como na sua utilização.

Bittencourt afirma que existem particularidades no trato do livro didático, no qual pode-se identificá-lo, e diferenciá-lo de outros materiais didáticos, pois é um produto intelectual de complexa conceituação, devido à grande quantidade de colaboradores responsáveis por sua criação, produção e entrega para professores e alunos. O livro didático pode vir a ter funções diferentes que dependem do lugar ou das circunstâncias, que influem em sua elaboração, permitindo o seu emprego em situações escolares distintas, sendo um material que oferece várias possibilidades de uso por alunos e professores.

O livro didático é um produto cultural, no qual constam critérios técnicos que estabelecem o seu formato, que são repassados às editoras ganhadoras dos processos licitatórios emanados pelo Governo Federal, para posteriormente serem distribuídos para escolas públicas do Ensino Básico de todo o Brasil. Além de ser um material de alcance nacional, o livro didático proporciona apoio para as propostas dos currículos educacionais das escolas do ensino público do país. O Estado ao elaborar o edital do livro didático, interfere, de maneira indireta, na confecção desse material, sendo, também, o responsável por determinar os critérios para a sua respectiva avaliação, conforme o que preconiza a legislação vigente. Os conteúdos existentes nos currículos são os parâmetros para os textos expostos nos livros didáticos, que o torna um importante instrumento de apoio para a constituição dos saberes escolares.

O livro didático de História é um material que tem despertado o maior interesse por parte dos pesquisadores, principalmente a partir da segunda metade do século XX, na Europa

em geral, principalmente na Alemanha. Bittencourt cita em seu trabalho, a historiadora Verena R. Garcia que destaca a finalidade política do livro escolar de história, constatando que esse material didático foi uma verdadeira autobiografia dos estados modernos. Com o contexto político ao término da Segunda Guerra Mundial, Verena R. Garcia, cita que este período foi de extrema complexidade para as nações que participaram do conflito, sendo criado na Alemanha uma instituição encarregada de revisar os livros didáticos de História, com a finalidade verificar preconceitos raciais ou sociais neles expressos, por meio de estudos comparativos em escala internacional, o que contribuiu para a transformação da disciplina de História no âmbito dos países europeus.

No Brasil, os livros didáticos de História também foram os mais estudados por pesquisadores, no qual foram analisados quanto ideologia, defasagens com a academia, com a escola e quanto a estereótipos a grupos étnicos. Os estudos sobre os livros didáticos de história são importantes, pois vem a contribuir para a concepção desse material didático e a sua utilização do cotidiano escolar.

O processo de confecção do livro didático de história tem concentrado a atenção das autoridades governamentais ao longo do tempo, que amplificaram suas preocupações sobre o tema. Nessa conjuntura, a disciplina de História teve especial atenção por parte da sociedade civil, que pode ser perceptível por intermédio de críticas e observações realizadas por meio de órgãos de comunicação. Esse material didático é utilizado por professores e alunos nas salas de aulas, diariamente, nas mais variadas escolas de todo o Brasil, sendo caracterizado por uma diversidade de produções didáticas.

Verifica-se que o livro didático de história teve mudanças no aspecto da forma e um maior ganho de possibilidades no seu manuseio, por parte dos alunos e professores. Quanto a esse aspecto do livro didático, Bittencourt menciona em sua obra, o historiador francês Alain Choppin, que afirma que o livro didático, nos dias atuais, está tornando-se uma ferramenta possuidora de várias funções, pois o livro didático possui a função avaliar às competências; disponibilizar uma ampla documentação de apoio distintos; facilitar aos alunos o acesso a certos métodos para serem usados em outros contextos e situações.

Bittencourt menciona que no tocante as críticas ao livro didático de história, levantou-se observações no que costa ao conteúdo, lacunas e erros de conceitos. Entretanto, o problema dos referidos estudos está em acreditar que é possível se elaborar um livro didático ideal, uma obra que tenha a capacidade de ser a solução de todos os problemas da disciplina de história, sendo um substituto da abordagem do docente em sala de aula. O manual didático de história tem vantagens, desvantagens, limites e nessas peculiaridades é que o livro deve ser avaliado.

Torna-se necessário que os professores consigam entender o livro didático em todas as suas dimensões e complexidades, para poderem ser melhor utilizados na atividade de ensino.

No tocante a forma, os livros didáticos foram modificados nos últimos anos para se adequar às exigências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse material é produzido em coleções, para diferentes séries do Ensino Fundamental e Médio; sendo disponibilizado um livro para o aluno e outro para o professor. O livro didático do PNLD é usado diariamente em sala de aula, constituindo-se em uma ferramenta auxiliar de ensino. Para a distribuição desses livros o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolveu um sistema de escolha do livro didático denominado Guia do Livro Didático que compõe o PNLD, de tal maneira, que o livro é escolhido, conforme suas possibilidades pedagógicas e critérios que os professores julgam mais pertinentes para o uso em sala de aula. (BITTENCOURT, 2008).

### **3.2 O livro didático no apoio ao Ensino em Direitos Humanos**

Quanto à abordagem que tange ao livro didático e a Educação em Direitos Humanos, o artigo da pesquisadora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo, *Mídias e Material Didático no Espaço Escolar – Abordagem dos Direitos Humanos e Diversidades no Livro Didático*, a autora menciona que o livro didático tem uma grande abrangência, ou seja, essa ferramenta didática tem grande importância, pois possibilita o protagonismo de seus leitores, na perspectiva dos direitos humanos, tendo como objetivo a construção coletiva escolar que tenha em sua pauta a ética e a cidadania. De tal forma, que venha a permitir que se construa o respeito às diversidades constituintes da sociedade e a valorização do ser humano e suas possibilidades de aprendizagem, através do livro didático.

A pesquisadora menciona que há uma grande diversidade de recursos didáticos que podem ser aplicados em sala de aula, entretanto o livro didático é entre eles, o material didático de maior uso no dia a dia do ensino público e privado. Nas escolas públicas, o manual didático, em muitos casos, é a única ferramenta didática disponível para os professores e alunos. Nas escolas privadas, algumas disponibilizam de muitas possibilidades, distinguindo dessa maneira das públicas, pois muitas vezes a rede privada confecciona o seu próprio material de apoio didático em complementação ou em substituição aos livros didáticos comercializados pelas editoras.

A autora enfatiza, que apesar de formas diferentes da obtenção e elaboração do manual didático da rede pública e privada, deve-se ter como princípio que o processo de ensino tem que estar pautado por conteúdos, conceitos, atitudes, procedimentos, valores e normas. Para a

elaboração e uso dos livros didáticos, os princípios mencionados tem que ser considerados, pois, deve-se ter em mente para o aluno, alguns aspectos: o que deve ser apreendido e conhecido; o que deve aprender a fazer; e como esse aprendizado deve contribuir para se viver em sociedade.

Dessa forma, o objetivo é apreender a possibilidade de inclusão de reflexões e disciplinas sobre a diversidade de pessoas e grupos sociais, a fim de se respeitar os sujeitos históricos, observando isso na elaboração de livros didáticos, assim como nas abordagens aplicadas por professores no momento de execução da aula e das atividades proposta. Dessa maneira, o tema Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais é favorecida pelo aspecto que o livro didático tem como mídia de comunicação de massa, podendo atingir um grande número de alunos que estão nas redes de ensino do governo e redes privadas. Isso é relevante, pois as abordagens dos manuais didáticos podem ter seu foco nas temáticas que se relacionam com assuntos ligados ao ensino de Direitos Humanos, que venham a contemplar as diferenças e as igualdades, no que tange aos aspectos étnico-racial, religioso, gênero, linguístico e educação especial.

A autora menciona como exemplo, que a abordagem com a temática sobre Direitos Humanos pode ser feita com qualquer disciplina de maneira isolada, ou junta com outras disciplinas, em projetos escolares, ligando-os aos documentos basilares dos Direitos Humanos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Educação Quilombola e demais normas. São temas atinentes a reflexões, que podem ser sugeridas pelos livros didáticos. A abordagem desses assuntos alcançam, no primeiro momento, alunos e professores, posteriormente se estende para a comunidade, na qual a instituição de ensino está inserida.

Dessa forma, as diversidades e a valorização da pessoa humana devem estar inclusas na principal mídia de ensino, que é o livro didático, pois ao reconhecer a diversidade existente na sociedade, por meio da Educação em Direitos Humanos pode-se promover práticas pedagógicas que busquem ações inclusivas dentro da escola e em outros espaços de convívio social. A importância com que o livro didático se mostra no cotidiano da escola tem que ser seguida de cuidado em seu uso, pois deve-se permitir o desenvolvimento de um espírito crítico e indagador dos conteúdos neles expressos e isso só é possível se professores e alunos estiverem atentos para as reelaborações que se fizerem necessárias a partir do livro didático. (MELO, 2014).

#### **4 ANÁLISE DOS TRÊS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO**

A análise a ser feita refere-se a abordagem sobre os Direitos Humanos, conforme as observações feitas na Introdução e nas subseções anteriores deste trabalho, dessa maneira, será analisado os livros didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio sobre os seguintes assuntos: Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948; será verificado o assunto Ditadura Militar de 1964 no que se refere as violações aos Direitos Humanos, de seu início até Lei da Anistia e as reações contra a abertura política. Essa análise visa constatar como essas obras didáticas abordaram os assuntos mencionados, verificando silenciamentos e revisionismos que venham a dar origem a algum negacionismos.

Para saber quais foram as três obras didáticas mais escolhidas foi necessário consultar o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no qual está disponível a tabela “PNLD 2018 – Valores de Aquisição por título”, que além das informações inerentes aos valores investidos e a especificação dos títulos do livros, constam também outras informações que são relevantes para a confecção deste trabalho que são: Título do livro; ano; disciplina e a etapa de Ensino; se o livro é para aluno ou professor ; e a quantidade de unidades adquiridas pelo Ministério da Educação.

Após a pesquisa na tabela, observou-se que o universo total de alunos abrangidos pelas 3 obras é de 1.125.713 alunos e 17.312 professores, sendo verificado que o título com mais unidades adquiridas foi História, Sociedade & Cidadania 3, cujo autor é Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD; o segundo título com mais unidades adquiridas foi História Global 3, cujo autor é Gilberto Cotrim , da editora Saraiva Educação e o terceiro livro com mais unidades adquiridas foi História – Das Cavernas ao terceiro Milênio3, cujas as autoras são Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, da editora Moderna . Com as informações coletadas no site da FNDE, pôde-se fazer a aquisição das respectivas obras didáticas, a fim de se realizar os trabalhos relativos a proposta mencionada anteriormente. Na Tabela 1 é apresentado o número de livros por alunos e professores, por cada obra didática.

**Tabela 1 – Relação entre títulos, alunos e professores**

Livro	nº livros/alunos	nº livros/ prof.
História, Sociedade & Cidadania	511.331	7.924
História Global	315.642	4.788
História: das cavernas ao terceiro Milênio	298.740	4.600
Total	1.125.713	17.312

Fonte: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

#### 4.1 Verificação do livro didático História, Sociedade & Cidadania 3

##### Quadro 1 – Verificação de Assuntos relacionados a estruturação dos Direitos Humanos no mundo pós Segunda Guerra Mundial

Página	Título	Abordagens mencionadas pelos autores
143	Você cidadão	O autor apresenta o Art 1º e Art 2º da Carta das Nações Unidas de 1945 até o seu item 3º e propõe exercícios sobre esses artigos.

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania 3: Ensino Médio: 3º ano, 2ª ed.** São Paulo: FTD, 2016.

##### Quadro 2 – Verificação de Assuntos relacionados a tomada de consciência no Brasil dos Direitos Humanos

Página	Título	Abordagens mencionadas pelos autores
204	Militares no poder	Uma Junta Militar assume o comando do país nos primeiros dias de abril de 1964; jornalistas e estudantes são acusados de subversão e presos; sede da União Nacional dos Estudantes foi incendiada; sede do Jornal Última Hora foi depredada; entra em vigor o Ato Institucional nº1 (AI-1).
205	Disputas entre os militares	Doutrina de Segurança Nacional; combate aos subversivos e comunistas; disputa entre os militares moderados e os mais radicais à doutrina Segurança .
206	Os castelistas	AI 2 e AI-3

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania 3: Ensino Médio, 3º ano, 2ª ed.** São Paulo: FTD, 2016.

## Continuação do Quadro 2

<b>Página</b>	<b>Título</b>	<b>Abordagens mencionadas pelos autores</b>
207	Os castelistas	A I-4 ; Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional que permitia à justiça militar julgar os crimes de subversão.
208	A resistência democrática: estudantes, operários e políticos	Em 1968 ocorreu a morte do estudante Edson Luís Lima Souto em manifestação estudantil ; Passeata dos 100 mil e greves ocorridas em Osasco (SP) e Contagem (MG); em 13 de dezembro de 1968 entra em vigor o AI-5 e meses depois a Emenda Constitucional de 1969.
209	Os anos de chumbo	No governo do Presidente Médici ocorreram invasões a universidades e aperfeiçoou-se órgãos de repressão SNI, DOPS e DOI-CODI .
209 e 210	A luta armada	Grupos de oposição partiram para a luta armada; em 1969 morre Carlos Marighela e dois anos depois Carlos Lamarca, ambos mortos por órgãos do governo; e em 1972 ocorria a guerrilha no Bico do Papagaio.
213	Política	A principal marca do governo Geisel foi a proposta de abertura política “lenta , gradativa e segura”; em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do DOI-Codi; Manifestações na Catedral da Sé em São Paulo em memória de Herzog; no ano seguinte Manuel Fiel Filho foi encontrado morto nas dependências do Doi-Codi.
214	O Pacote de Abril	Entra em vigor em 1977 o Pacote de Abril; e revogação do AI- 5 no ano seguinte.
216	O novo sindicalismo	Em agosto de 1979, forte pressão popular, Lei da Anistia: “[...] perdoava tanto os que tinham lutado contra o Regime quanto os seus defensores( inclusive os agentes de segurança que haviam cometido atos de tortura).”; Em 1980, linha dura, órgãos de repressão promoveram inúmeros atos de violência. Em 1981 ocorreu o Atentado do Riocentro: “Na hora “h” uma bomba explodiu no colo de um dos militares, matando-o [...]”.

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania 3: Ensino Médio, 3º ano, 2ª ed.** São Paulo: FTD, 2016.

## 4.2 Verificação do livro didático História Global 3

### Quadro 3 – Verificação de Assuntos relacionados a estruturação dos Direitos Humanos no mundo pós Segunda Guerra Mundial

Página	Título	Abordagens mencionadas pelos autores
145	Criação da ONU	Fundação da ONU e os seus princípios básicos, dos quais está a promoção dos Direitos Humanos.
146	Direitos Humanos	Declaração Universal dos Direitos Humanos; “[...] o documento tornou-se uma referência jurídica internacional em prol dos direitos humanos. E cabe a todos nós lutar para que esses direitos fundamentais sejam cumpridos.”
147	Interpretar fonte	Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; exercício de formulação de hipóteses sobre a DUDH no Brasil.

Fonte: COTRIM, Gilberto. **História Global 3**: Ensino Médio, 3ºano, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

### Quadro 4 – Verificação de Assuntos relacionados a tomada de consciência no Brasil dos Direitos Humanos

Página	Título	Abordagens mencionadas pelos autores
234	Golpe Militar	Início do Golpe Militar em 31 de março; implantação do regime militar em 01 de abril de 1964.
238	Autoritarismo	Definição de Atos Institucionais e é feita uma abordagem sobre o objetivo da Comissão Nacional da Verdade criada em 2011.
239	Primeiros passos do regime militar	Primeira norma do governo Castelo Branco, Ato Institucional nº 1 ( AI-1).
240	Apoio dos Estados Unidos	Doutrina de Segurança Nacional; AI-2;AI-3; e AI-4, Lei de Segurança Nacional.
241	Movimentos de protesto	Movimentos sociais contra a repressão ; assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, Passeata dos 100 mil .
242 e 243	Ato Institucional nº 5 (AI-5)	AI-5 os seus poderes e seus efeitos na sociedade.

Fonte: COTRIM, Gilberto. **História Global 3**: Ensino Médio, 3ºano, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

## Continuação do Quadro 4

<b>Página</b>	<b>Título</b>	<b>Abordagens mencionadas pelos autores</b>
244	Os Anos de chumbo do regime /Luta armada	A morte de Carlos Marighella e o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca ; tortura realizada por agentes da repressão. Definição de subversivo.
244	Em destaque Tortura : nunca mais	É apresentado o trecho do livro <i>Brasil: nunca mais</i> , de Dom Paulo Evaristo Arns ; apresenta exercício que envolve a DUDH.
247	O lento caminho da abertura política	Geisel: Processo lento , gradual e seguro de passagem de poder para os civis.
249	Resistências dos quartéis	Resistência dos órgão de repressão a uma abertura democrática, sendo mencionado pelo autor a morte de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho: “Ambos tinham sido presos, torturados e mortos nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), ligado ao II Exército.”
249	Restrições político-eleitorais	Pacote de Abril de 1977 e a Lei Falcão
249	Revogação do AI-5	Revogação do AI-5 em 1978.
250	Lei da Anistia	Lei da Anistia impulsionada por segmentos da sociedade civil. Comentário do autor: “ Em contrapartida, a anistia foi ampla o suficiente para absolver os militares acusados de praticar torturas ou cometer assassinatos. Mas não foi irrestrita. Militares punidos por não terem se engajado no golpe e aqueles que haviam cometido atos considerados terroristas pelo regime militar não foram beneficiados com a anistia”.
254 a 256	Diálogo e Interdisciplinaridade	Leitura de um artigo da Folha de São Paulo sobre a Comissão Nacional da Verdade e subsequentemente um exercício sobre o assunto.
279	Para saber mais	Exercício pelo site da Anistia Internacional sobre direitos humanos e outro trabalho sobre o filme O ano em que meus pais saíram de férias, direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006.

Fonte: COTRIM, Gilberto. **História Global 3**: Ensino Médio, 3ºano, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

### 4.3 Verificação do livro didático **História : das cavernas ao terceiro milênio 3**

#### **Quadro 5 – Verificação de Assuntos relacionados a estruturação dos Direitos Humanos no mundo pós Segunda Guerra Mundial**

<b>Página</b>	<b>Título</b>	<b>Abordagens mencionadas pelos autores</b>
81	Acerto de contas	Elaboração da Carta das Nações Unidas de 1945, que teve como seu objetivo estimular o respeito aos Direitos Humanos.

Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio 3: Ensino Médio, 3º ano. 4ª ed.** São Paulo: Moderna, 2016.

#### **Quadro 6 – Verificação de Assuntos relacionados a tomada de consciência no Brasil dos Direitos Humanos**

<b>Página</b>	<b>Título</b>	<b>Abordagens mencionadas pelos autores</b>
170	As divisões entre os militares	Doutrina para a Segurança Nacional; ESG; militares legalista; divisão entre os golpistas, os ligados a ESG e os linha-dura.
172	A ditadura se revela	Definição de Ato Institucional(AI); AI -1; em 15 de abril Castelo Branco assume a presidência da República.
	Primeiros anos do regime	AI-1 e suas possibilidades para o regime; Serviço Nacional de Informações (SNI) e seus alvos trabalhadores, sindicalistas, jornalistas, políticos e artistas; AI-2, AI-3 e AI-4 ; Lei de Imprensa.
173	Anos de chumbo	A morte do estudante Edson Luís Lima Souto e a Passeata dos Cem Mil. É mencionado as greves ocorridas no período e o estabelecimento do AI-5.
174	Ruas silenciadas	Luta armada; líderes Carlos Marighela, Carlos Lamarca , Operação Bandeirantes e órgãos de repressão .
174	Você gostaria de ler	Livro <i>Brasil : nunca mais</i> de Paulo Evaristo Arns.
178	O lento processo de abertura política	É mencionado o seguinte sobre o presidente Geisel “ [...] o novo presidente era vinculado à intelectualidade do Exército.” Neste tópico é abordado a Lei Falcão, o Pacote de abril e a revogação do AI-5, que passa a vigorar em 1979.
178	Notícias dos porões	É abordado a morte de Vladimir Herzog e a reação da sociedade a este fato e abordado , também ,a morte de Manoel Fiel Filho.

Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio 3: Ensino Médio, 3º ano. 4ª ed.** São Paulo: Moderna, 2016.

Continuação do Quadro 6

<b>Página</b>	<b>Título</b>	<b>Abordagens mencionadas pelos autores</b>
179	Anistia para quem	A introdução da seção é feita da seguinte forma: “ Em 1979, João Baptista de Oliveira Figueiredo sucede a Geisel. Na posse , o regime já falava publicamente em realizar uma abertura política lenta e gradual”. Sobre a lei da Anistia é feita a seguinte observação: “ Vários movimentos de defesa dos direitos humanos argumentam que a tese da anistia contribuiu para a cultura do esquecimento e da impunidade.”. Nesta seção é abordado atentado do Riocentro, sendo mencionado o resultado da investigação da CNV sobre esse fato.
191	Ditadura nunca mais	Comissões da verdade do Chile e da Argentina. As autoras posteriormente fazem a apresentação da Comissão Nacional da Verdade realizada no Brasil.

Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio 3: Ensino Médio**, 3º ano. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

## 5 CONCLUSÃO

O livro didático mantém sua característica como mídia de comunicação de massa pois continua atingindo um grande número de professores e alunos que estão na rede pública de ensino do governo, isso se confirma ao se verificar a Tabela 1 deste trabalho, pois somente entre as três obras didáticas mais escolhidas pelos professores de história do 3º anos do Ensino Médio, elas comportam um universo de 1.125.713 alunos e 17.312 professores.

No que se refere a verificação de assuntos relacionados a estruturação dos Direitos Humanos no mundo pós Segunda Guerra Mundial, pode-se concluir que o livro História Global 3 de Gilberto Cotrim é o que apresenta um maior número de páginas para o assunto Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, além de ser a única obra didática que apresenta os artigos da DUDH, e sugere a formulação de hipóteses por parte dos alunos sobre a DUDH no Brasil. O livro História, Sociedade e Cidadania 3 de Alfredo Boulos Junior na página 143, faz uma apresentação de dois artigos da Carta das Nações Unidas de 1945, já História das cavernas ao terceiro milênio 3 de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota faz uma pequena menção a Carta das Nações Unidas de 1945, mencionando que essa norma tem como objetivo estimular o respeito aos Direitos Humanos.

Apesar de ser o livro de Cotrim o que mais aborda o assunto Carta das Nações Unidas de 1945 e a DUDH de 1948, pode-se concluir que nada se relata sobre como estes documentos balizadores dos Direitos Humanos no pós Segunda Guerra foram elaborados. As obras didáticas verificadas poderiam mencionar que essas normas foram o resultado de uma pressão de países médios e pequenos e de entidades de direitos civis, na maior parte sediadas nos Estados Unidos, para a inclusão do assunto Direitos Humanos na Carta das Nações Unidas de 1945. Os Direitos Humanos só foram incluídos na Carta de 1945 após ter sido assegurado que as Nações Unidas não interviriam nos assuntos internos dos países membros, no que se refere aos Direitos Humanos (HUNT,2009, p.136). Por serem estas normas obrigações morais a serem cumpridas pelos estados membros das Nações Unidas ficaria mais fácil para os alunos compreenderem a dimensão dos danos causados a quem se opôs a Ditadura Militar de 1964 no que se refere as violações aos Direitos Humanos.

Ao se verificar os assuntos relacionados a tomada de consciência no Brasil dos Direitos Humanos, as três obras seguem a mesma sequência de fatos sobre a Ditadura Militar, havendo poucas distinções entre elas. Entretanto a que elabora um entendimento mais específico sobre as violações dos Direitos Humanos e a Ditadura Militar é a obra de Gilberto

Cotrim ao propor um trabalho que relaciona DUDH e o livro *Brasil: nunca mais* de Dom Paulo Evaristo Arns na página 244.

O livro de Boulos menciona em sua página 216 no tópico Novo sindicalismo que em 1980 ocorreram inúmeros atos de violência, o autor poderia ter especificado esses atos, para evidenciar aos alunos que a Ditadura Militar não tinha diminuído as suas violações aos Direitos Humanos, pois os órgãos de repressão do regime continuavam realizando atentados contra a imprensa e contra políticos mesmo depois da revogação do AI-5 e a sanção da Lei da Anistia (SILVA, 2003, p.270 a 271). A obra de Boulos não aborda a Comissão Nacional da Verdade, tema mencionado pelos outros autores que reforça o entendimento das ações da Ditadura Militar contra os Direitos Humanos.

No livro História Global 3 não é mencionado nenhum atentado ocorrido após a revogação do AI-5, o que pode dar uma falsa impressão aos alunos que o regime militar estivesse menos violento. O livro História das cavernas ao terceiro milênio 3 na página 178 menciona que Geisel era vinculado a intelectualidade do Exército, o que ficou mal expressado pois coube ao general Golbery Couto Silva a criação do sistema de segurança e informações do regime militar, além de ser o principal estrategista no processo de abertura política iniciado por Geisel (BORGES, 2003, p.26). Na seção Anistia para quem as autoras mencionam quando Figueiredo assumiu a presidência o regime já realizava uma abertura lenta e gradual o que, traz uma certa confusão, pois as autoras poderiam ter posto essa abordagem na página 178, na seção O lento processo de abertura política que trata sobre o período do governo Geisel.

Quanto a apresentação de ideias negacionistas que buscam um revisionismo sobre a Ditadura Militar de 1964, conclui-se que as três obras verificadas não diminuem o tempo da ditadura e nem abrandam as violações aos Direitos Humanos, não estando em conformidade com as teorias negacionistas apresentadas como revisionistas por historiadores como Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti..

Com o objetivo de preencher as lacunas apresentadas nesta conclusão nas três obras didáticas no que se refere a DUDH de 1948 e a Ditadura Militar de 1964, serão propostos três planos de aula, no Apêndice deste trabalho, cujo título é Sequência Didática.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. *In*: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008. 3ª Parte cap. I, p.293 – 315.

BORGES, Nilson. Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX. v.4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.13-42.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programas do livro, dados estatísticos**. Brasília: MEC/FNDE, 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Novamente os direitos sociais. *In*: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Cidadania do Brasil; o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. III, p.170-172.

FAUSTO, Boris. Boris Fausto sobre o golpe de 64: “É impossível negar os fatos”. [Entrevista cedida a] Domenici Thiago. **Publica**, São Paulo, mar. 2019. Disponível em : <https://apublica.org/2019/03/boris-fausto-sobre-o-golpe-de-64-e-impossivel-negar-os-fatos/> . Acesso em 17 de janeiro de 2021.

FAUSTO, Boris. O Regime Militar e a Transição para a Democracia (1964 – 1984). *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Concisa do Brasil** . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 257-310.

FERNANDES, Angela Viana Machado ; PADULETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: Desafios para a Escola Contemporânea. **Cad, Cedes**, Campinas, 2010 v.30, n.81, p.233-249, maio/ago.2010.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 136-138.

MATOS, Júlia Silveira. Os Livros Didáticos como produtos para o ensino de História. Uma análise do Plano Nacional do Livro Didático. **Historie**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p.165-184, 2012.

Disponível em : <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3268/1945>. Acesso em :17 jan. 2021.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. Mídias e Material Didático no Espaço Escolar – Abordagem dos Direitos Humanos e Diversidades no Livro Didático. *In*: MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e (org.). **Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2014.p. 141 – 152.

NAPOLITANO, Marcos. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura.[ Entrevista cedida a] Regiane Oliveira. **El País**, 05 abr.2019.Disponível em:[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05politica/1554419295\\_9397.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05politica/1554419295_9397.html).Acesso em :17 jan. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Não se pode negar o conhecimento, diz o professor de história da USP. [Entrevista cedida a] Renata Cafardo. **Estadão**, São Paulo, abr. 2019 . Disponível em: <https://www.tribuna.com.br/noticias/atualidades/n%C3%A3o-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-hist%C3%B3ria-da-usp-1.49901/>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 40, p. 121 – 131, 2015. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/comentario2016\\_08\\_03\\_15\\_07\\_50.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario2016_08_03_15_07_50.pdf) . Acesso em :17 jan. de 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política, 1974 - 1985. *In*: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX**, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.243-282.

## APÊNDICE A - SEQUÊNCIA DIDÁTICA

1. Plano de aula para alunos e professores que adotaram o livro História , Sociedade e Cidadania 3 de Alfredo Boulos Junior, que tem o objetivo de complementar a lacuna verificada no que tange a ausência de conteúdo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

<p><b>COLÉGIO PEDRO II</b></p> <p><b>PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENÇÃO E CULTURA</b></p> <p><b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA</b></p> <p><b>DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA EM DIREITOS HUMANOS / Turma - Pós - Grad: 2019</b></p>
--

### PLANO DE AULA

**IDENTIFICAÇÃO:**

Instituição: Colégio Pedro II - Centro

Disciplina: História

Aluno/ Pós-graduando: Fernando Coutinho Lopes Pereira

Etapa do ensino: Ensino Médio

Ano de Escolaridade: 3º ano

Efetivo: 30 alunos

Data e hora da aula: \_\_/\_\_/\_\_, 90 min das \_\_\_\_ às \_\_\_\_.

**EIXO:** A conjuntura histórica na primeira metade do século XX .

**CONTEÚDO:** O Mundo logo após a 2ª Guerra Mundial.

**TEMA:** Elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948.

**OBJETIVO:**

- O aluno deverá compreender o objetivo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como documento orientador dos Direitos Humanos dos Estados membros das Nações Unidas no pós Segunda Guerra Mundial.

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:**

Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, os países Aliados, realizaram na cidade de São Francisco, Estados Unidos, uma conferência que daria novo contorno a Liga das Nações e que estabeleceria um novo ente internacional, as Nações Unidas. Dessa maneira, em 26 de junho de 1945, cinquenta e um países assinaram a Carta das Nações Unidas. Apesar das evidências dos crimes nazistas contra judeus, ciganos, eslavos e outros, os diplomatas tiveram que ser compelidos a colocar os Direitos Humanos em pauta, pois a pressão vinha de estados pequenos e médios que saíram da dominação das grandes potências. Existiam pressões vindas de organizações religiosas, trabalhistas, feministas e cívicas, instaladas em sua maior parte nos Estados Unidos, que mantinham pressão sobre os delegados membros da Conferência. Entretanto só houve consentimento por parte de todos os membros da conferência sobre a inclusão dos Direitos Humanos na Carta, quando foi estabelecido que as Nações Unidas não iriam intervir nos assuntos internos de um país, desta forma os Direitos Humanos estavam longe de serem assegurados (HUNT,2009, p .136)

A Carta das Nações Unidas de 1945 enfatizou as questões de segurança internacional e dedicava apenas algumas linhas ao “respeito e cumprimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. Para um aprimoramento sobre o assunto dos Direitos Humanos as Nações Unidas criaram a Comissão de Direitos Humanos que tinha a tarefa de elaborar as bases para uma carta dos Direitos Humanos. Depois de oitenta e três reuniões e quase 170 emendas, os trabalhos da Comissão foram sancionados para serem votados e em 10 de dezembro de 1948 , a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Em 1948 todos os países membros das Nações Unidas passavam a saber o significado dos Direitos Humanos, poucos anos após o término de uma guerra que desprezou os Direitos Humanos e havia produzido ações de extrema brutalidade . A DUDH não afirmava somente os direitos individuais já elencados na Declaração do Homem e do Cidadão do século XVIII, a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, o direito de participar do governo, a proteção da propriedade privada e a rejeição da tortura e da punição cruel. A DUDH foi mais além, pois proíbe

expressamente a escravidão; trata sobre o sufrágio universal e da votação secreta; estabelece a garantia de ir e vir; o direito a ter uma nacionalidade; e com mais controvérsia, o direito à segurança social; o direito de trabalhar, com pagamento igual para trabalho igual, tendo por base um salário de subsistência; o direito ao descanso e ao lazer; e o direito à educação, que devia ser grátis nos níveis elementares. (HUNT,2009, p.137)

No início do endurecimento da Guerra Fria, a DUDH foi externada para os países membros da Nações Unidas. Este documento passou a expressar um conjunto de aspirações, delineando obrigações morais para a comunidade internacional, porém não existia nenhuma forma de imposição dos Direitos Humanos. (HUNT, 2009, p.138) .

**RECURSOS:** *Data-show*.

### **PROCEDIMENTOS**

Com o auxílio do *data-show* , será apresentado uma introdução de 10 min sobre o contexto histórico da Conferência de São Francisco de 1945.

No desenvolvimento da aula será abordado como os Direitos Humanos foram incluídos na Carta e como a DUDH foi elaborada. Será apresentado a DUDH, juntamente com seus artigos. Ao final será ressaltado a importância da DUDH como documento orientador sobre direitos humanos para os países membros das Nações Unidas no pós Segunda Guerra Mundial. (50 min )

**AVALIAÇÃO:** Será solicitado a cada aluno que responda o questionário abaixo ( 15 min)

1. Por que alguns países membros da Conferência de 1945 eram contra colocar o tema direitos humanos em pauta ?
2. A pressão para inclusão do tema direitos humanos veio de quais países ? Por quê?
3. O Brasil cumpre o que estava previsto nos artigos da DUDH?

Os 15 min restantes serão para a verificação das respostas dadas pelos alunos, e retirada de dúvidas

### **REFERÊNCIA:**

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 136-138.

2. Plano de aula para alunos e professores que adotaram o livro História Global 3 de Gilberto Cotrim, que tem o objetivo de complementar a lacuna verificada no que tange a não apresentação de nenhuma ação terrorista de direita após a revogação do AI-5.

<p><b>COLÉGIO PEDRO II</b></p> <p><b>PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA</b></p> <p><b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA</b></p> <p><b>DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA EM DIREITOS HUMANOS / Turma - Pós - Grad: 2019</b></p>
--

## PLANO DE AULA

### **IDENTIFICAÇÃO:**

Instituição: Colégio Pedro II - Centro

Disciplina: História

Aluno/ Pós-graduando: Fernando Coutinho Lopes Pereira

Etapa do ensino: Ensino Médio

Ano de Escolaridade: 3º ano

Efetivo: 30 alunos

Data e hora da aula: \_\_/\_\_/\_\_, 90 min das \_\_\_\_ às \_\_\_\_.

**EIXO:** O Brasil.

**CONTEÚDO:** Ditadura militar de 1968.

**TEMA:** Lei da Anistia.

**OBJETIVO:** O aluno deverá compreender que mesmo depois da Lei da Anistia, o regime militar continuava a realizar perseguições e atentados contra os opositores.

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:**

Em 28 de agosto de 1979 foi sancionada a Lei da Anistia, que asseguraria o não revanchismo, pois garantia que os militares envolvidos na repressão não fossem a julgamento e condenados pelos atos feitos pelo regime. Em reação a Lei da Anistia, a oposição militar ao governo, centrada na comunidade de informações realizou diversos atentados.

Em 4 de outubro de 1979, uma bomba explodiu no carro do jornalista Hélio Fernandes, enquanto o bispo de Nova Iguaçu-RJ, Dom Adriano Hipólito, também sofreria um atentado. Em 27 de agosto de 1980, na cidade do Rio de Janeiro, uma bomba explode na ABI, matando a funcionária Lyda Monteiro, nessa mesma data, ocorrem atentados na sede do jornal A Tribuna Operária e no prédio da Câmara Municipal. Bancas de jornais são incendiadas com o aviso de pararem de vender jornais de oposição, líderes da oposição recentemente anistiados como Leonel Brizola e o advogado Sobral Pinto, são alvo de ataques.

A Escola de Samba Salgueiro é alvo de ataques, onde se realizou um ato público da oposição. Estes atentados seriam o aviso de um atentado maior que deveria ser realizado, que seria o atentado do Riocentro. Entretanto, na noite de 31 de abril de 1981, o atentado do Riocentro teve um resultado inesperado para os seus planejadores, pois uma das bombas a ser posta no local explode no carro onde estavam um sargento, que morreu no local e o um capitão, ambos do DOI do I Exército e o IPM relativo a esse atentado foi arquivado por falta de indícios de autoria. (SILVA, 2003, p. 270 a 271)

**RECURSOS:** *Data-show.*

**PROCEDIMENTOS**

Será realizada a Introdução com o apoio do *data-show*, sendo feita uma explanação sobre a Lei da Anistia e o retorno dos exilado, libertação de presos políticos e a garantia de que os repressores a favor do regime não seriam punidos. (20 min)

No desenvolvimento, mencionar que mesmo depois da revogação do AI-5 e da sanção da lei da Anistia a violência e o desrespeito aos direitos humanos continuavam. Serão mencionados os atentados ocorridos no período, conforme a fundamentação teórica. (40 min)

**AVALIAÇÃO:** Será solicitado aos alunos respondam o seguinte questionário: (15 min)

1. Por que os atentados ainda continuavam, se o regime militar havia revogado o AI-5 e sancionado a Lei da Anistia?
2. Os direitos humanos estavam sendo desrespeitados nesse período de que forma?

Os 15 min restantes serão para a verificação das respostas dadas pelos alunos, e retirada de dúvidas

**REFERÊNCIA:**

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política, 1974 - 1985. *In*: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX, v.4.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.243-282.

3. Plano de aula para alunos e professores que adotaram o livro História, das cavernas ao terceiro milênio 3 de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota que tem o objetivo de complementar o que se refere ao seu principal articulador que foi o general Golbery Couto e Silva .

<p><b>COLÉGIO PEDRO II</b></p> <p><b>PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENÇÃO E CULTURA</b></p> <p><b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA</b></p> <p><b>DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA EM DIREITOS HUMANOS / Turma - Pós - Grad: 2019</b></p>
--

### **PLANO DE AULA**

**IDENTIFICAÇÃO:**

Instituição: Colégio Pedro II - Centro

Disciplina: História

Aluno/ Pós-graduando: Fernando Coutinho Lopes Pereira

Etapa do ensino: Ensino Médio

Ano de Escolaridade: 3º ano

Efetivo: 30 alunos

Data e hora da aula: \_\_/\_\_/\_\_, 90 min das \_\_\_\_ às \_\_\_\_.

**EIXO:** O Brasil.

**CONTEÚDO:** Ditadura Militar de 1968

**TEMA:** Doutrina de Segurança Nacional e os primeiros anos da ditadura

**OBJETIVO:** - O aluno deverá compreender Doutrina de Segurança Nacional como base ideológica da perseguição aos opositores do regime militares nos primeiros anos de sua implantação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:**

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) surgiu nos Estados Unidos e está inserida no contexto da Guerra Fria. A DSN é a manifestação de uma ideologia que prega uma guerra total e permanente entre o comunismo e os países ocidentais. Ela surge da ideia de segurança coletiva que abrange uma segurança hemisférica.

Dessa forma, os Estados Unidos enviaram a partir de 1942 missões militares para diversos países da América latina, inclusive o Brasil. Foi formada uma aliança interamericana de defesa contra a implantação do comunismo. A DSN prevê que a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno). Para a DSN a infiltração generalizada do comunismo justificaria a repressão dentro do país, por meio da criação de órgãos de informação.

No Brasil é na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 pelo Exército brasileiro que a DSN passou a ter uma nova concepção e se inscreve na vida política brasileira, garantindo a presença dos militares na política e no interior do aparelho do estado. Os cursos na ESG sobre a DSN passaram a ser ministrados a profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e dirigente de órgãos públicos.

Na ditadura militar o general Golbery Couto e Silva foi o principal ideólogo da DSN, ocupando cargos estratégicos no governo de Castelo Branco (ministro-chefe do Serviço Nacional de Informação); Geisel (ministro-chefe da Casa Civil) e Figueiredo (ministro-chefe da Casa Civil), coube a Golbery a criação dos órgãos de segurança e informação do regime militar.

Nos primeiros dias do golpe militar, em 09 de abril de 1964, entrou em vigor o AI-1, que possibilitava aos militares controlar o judiciário e poderiam suspender os direitos fundamentais. O AI-1 possibilitou a perseguição aos eleitos inimigos do regime, tanto civis como militares, por meio do estabelecimento de Inquéritos Policiais Militares, criando as bases para a segurança almejada pela DSN. (BORGES, 2003)

**RECURSOS:** *Data-show.*

## **PROCEDIMENTOS**

Será realizada a Introdução com a utilização do *data-show* sobre o antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética no pós Segunda Guerra Mundial. (10 min);

No desenvolvimento será abordado o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional e sua ideia sobre guerra total, onde surgiu, qual seu objetivo ao ser elaborada nos EUA, assim como a aliança hemisférica adotada por esse país com a América latina. Será abordado sobre a DSN no Brasil e sobre a ESG. Será mencionado como a DSN foi aplicada nos primeiros dias do Golpe de 1964 e sobre o seu principal articulador no pós golpe e a criação dos órgãos de inteligência. (50 min).

**AVALIAÇÃO:** Será solicitado que cada aluno responda as seguintes questões

1. Como surgiu a DSN?
  2. Como a DSN chegou ao Brasil?
  3. Como a DSN interferiu nos direitos humanos? ( 15 min)
- 15 min para correção .

**REFERÊNCIA:**

- BORGES, Nilson. Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX. v.4.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003. p.13-42.